

H I S T Ó R I A  

---

**& U T O P I A S**



ORGANIZAÇÃO  
*Ilana Blaj*  
*John M. Monteiro*

A N P U H

---

Associação Nacional de História

# ***HISTÓRIA & UTOPIAS***

---

*Textos apresentados no XVII Simpósio  
Nacional de História*

Organização  
**John Manuel Monteiro**  
**Ilana Blaj**

**A N P U H**

---

Associação Nacional de História

1996

*Exclusão da política ou política da exclusão?*

*Frederico de Castro Neves*  
Universidade Federal do Ceará

A intenção desta Mesa era oferecer um amplo painel sobre várias dimensões imaginárias da exclusão social, tendo como ponto de convergência a experiência do homem comum nordestino. Esta opção, contudo, nada tem a ver com um critério “regional”, ou muito menos “regionalista”; trata-se apenas de expor nossas próprias pesquisas já encaminhadas, com suas hipóteses e dúvidas. Por outro lado, o texto de Jorge Siqueira nos inspirou análises mais sutis e sub-reptícias do processo de exclusão social: pensar não somente no “excluir” ou no “reprimir”, mas no “sentir-se fora” e no “pensar-se outro”. Isso está presente em sua reflexão sobre a obra de Graciliano Ramos, *Vidas Secas*. Não só a violência policial ou o desprezo dos homens letrados em relação a Fabiano, mas a sua própria baixíssima auto-estima, um anti-herói marcado pelo sentimento de pertencer a uma qualidade inferior de seres humanos, “quase animais”. Está presente também no texto de Marilda Menezes, que discute o processo das migrações — uma exclusão física, poderíamos dizer — não somente pelo lado frio das estatísticas ou das análises estruturais que praticamente eliminam o sujeito dos processos sociais, mas buscando captar o momento crucial da construção de novas identidades sociais necessárias à mudança de ambientes, com todos os seus conflitos e dúvidas. Análises finas, portanto, que pretendo acompanhar dentro do possível.

Coube-me discutir a exclusão da política. Trata-se de refletir sobre a desqualificação das próprias formas de apresentar-se no espaço público preferidas pelos camponeses pobres nordestinos. Estas ações — organizadas prioritariamente sob a forma da multidão — são remetidas do espaço público para a esfera do privado pela criminalização ou, mais frequentemente, pela despolíticação. É esta última operação, na verdade, o que me interessa mais de perto. A presença da multidão em momentos de grande escassez provocada pelas secas periódicas é atribuída à fome, a um estado de excitação profunda

dos sentidos a que são levados os camponeses à beira da inanição. Os atos decorrentes deste estado são vistos como reações instintivas, biológicas, naturais e até animais. As análises que buscam explicações enquadram-se, assim, naquilo que Edward P. Thompson um dia chamou de “visão espasmódica” dos movimentos da multidão.

Esta despolitização tem origem na própria concepção moderna da política e do espaço público que informa e orienta o relacionamento com estes setores considerados “excluídos”, assim como o próprio estabelecimento dos critérios de exclusão.

Um dos elementos fundamentais desta concepção é o *princípio da representatividade*, que, em contraposição ao princípio do privilégio que prevalecia na política tradicional, buscava estabelecer uma nova relação entre governantes e governados que, de um lado, quebrasse o monopólio aristocrático sobre o espaço público e, de outro lado, evitasse o caos decorrente da crise que esta quebra necessariamente iria acarretar. Assim, seriam instaurados novos códigos da atividade política que pudessem regular a ordem do social a partir de universalidades abstratas que se apresentam como padrões “corretos” e “civilizados” do fazer política, transformada em atividade racionalizada — no sentido weberiano de agir-com-respeito-a-fins — como já se pensava ter se tornado a esfera do trabalho através do desenvolvimento industrial.

No entanto, o próprio ato de instalação do sistema representativo implica na imediata exclusão dos que não dominam os seus códigos, baseados na cultura letrada e na delegação de poderes. E entendo que é lícito supor que foi com este objetivo e através desta prática cotidiana que este sistema se manteve e se mantém, apesar dos pesares. Isso porque não só havia o privilégio e o caos decorrente da crise do monopólio aristocrático, mas também uma multidão irreverente, sediciosa e violenta precisava ser mantida sob controle, e sem o auxílio dos mecanismos do modelo paternalista. Não por acaso, o sistema representativo se estrutura no Ocidente ao mesmo tempo, e no mesmo movimento, em que a multidão faz sua entrada oficial na cena política durante a Revolução Francesa. Num período extremamente conturbado, em que as regras aristocráticas de conduta permaneciam válidas, apesar da crise do modelo político, não é difícil imaginar os “incríveis desafios que representavam para a cultura européia e para a sociedade civilizada a emergência dos homens pobres na cena política reivindicando pela primeira vez o direito à cidadania plena”.<sup>1</sup>

---

1 Maria Stella M. Bresciani, “Carlyle: A Revolução Francesa e o Engendramento dos Tempos Modernos”, *Revista Brasileira de História*, nº 20, mar. 91/ago.91, pp. 102-3.

A multidão significou o reavivamento das preocupações das elites cultas sobre a instabilidade da *ação* e da necessidade do seu controle a todo custo<sup>2</sup>.

O desenvolvimento político durante o século XIX representou uma preocupação constante com este tema. A definição da Política — como prática pública e como campo do conhecimento — se revelou na cisão entre uma atividade verdadeiramente política, representativa e civilizada, e as ações da multidão, movida pela fome e pelos maus instintos; entre o *povo*, sujeito da política individualizada e polida, e a *plebe*, ralé que se move indistinta e diretamente pelos interstícios do sistema político oficial. A partir daí todo um conjunto de discursos iria associar a multidão à elementos biológicos (doenças e monstros) e geológicos (vulcões e maremotos), além de analisá-la cientificamente como uma verdadeira doença social, em que o anonimato estimula o afloramento dos instintos mais primitivos, animais, e a perda da identidade.<sup>3</sup>

A Política civilizada supõe a construção de objetivos claros e conscientes por sujeitos autônomos que livremente escolhem seus representantes. Uma arena política — o Parlamento — deveria concentrar as divergências sociais, sublimando o caos, a violência e o privilégio.

É de se supor, portanto, que o próprio desenvolvimento das sociedades modernas levasse a uma ampliação do domínio social sobre os códigos da política representativa, ocasionando o fim da multidão clássica. De fato, na Europa Ocidental há muitos anos que não se vê mais “motins da fome” ou “taxações populares”, muito embora a imprevisibilidade da *ação* sempre volte a se manifestar, seja nos distúrbios pacifistas, alternativos e estudantis da década de 60, seja nos levantes do Leste Europeu na década de 80.

Por outro lado, no Brasil a multidão é um fenômeno do século XX. Apesar do predomínio desta concepção moderna da política, uma massa significativa da população — que talvez seja maior ainda do que este comentário supõe — não domina suficientemente os códigos letrados e civilizados da política, permanecendo à margem do sistema representativo, corrompendo-o ou simplesmente ignorando-o. Nas cidades, a violência e a existência de redes quase subterrâneas de sociabilidade ilegal colocam em risco a ordem estabelecida e ameaçam a própria integridade do tecido social. Mas é no interior do nordeste, contudo, que a multidão aparece na sua forma típica. Desde a década de 30 que a sua presença periódica marca profundamente as

---

2 Hannah Arendt, *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, 1989. p. 232.

3 Dominique Cochart, “As Multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros Escritores sobre Psicologia das Multidões.” *Revista Brasileira de História*, nº 20, mar.91/ago.91, pp. 122-6.

relações sociais e as atitudes de governo para com a pobreza. Curiosamente, quanto mais aperfeiçoam-se os mecanismos político-econômicos e ampliam-se os meios de comunicação de massas, integrando todo o país aos padrões e valores modernos de comportamento público e privado, mais intensa e freqüente é a presença da multidão.

A cada período de seca, com a conseqüente desestruturação da agricultura de sobrevivência, retornam os temores das populações das cidades do interior e até das capitais. Ao lado do pânico, que se manifesta de formas diversas, retornam as explicações “espasmódicas”. O pequeno camponês, que se transforma em retirante, é vitimizado como “flagelado”, o que é uma maneira flagrante de despolitizar o problema. “Flagelados somos todos nós durante a calamidade”, afirmou o farmacêutico Rodolfo Teófilo.<sup>4</sup> A invenção do “flagelado” veio complementar esta interpretação das ações da multidão que as qualifica como “irracionais”, “instintivas”, “inconscientes”.

A presença de homens pobres, normalmente submissos, reunindo-se espontaneamente a fim de tomar atitudes decisivas para melhorar imediatamente seu estado crítico durante uma crise geral — a seca — sem esperar pelos intermediários habituais, chegando a ameaçar ou invadir cidades, causando temores e tumultos, atingindo o ponto de cometer violências ou de saquear o comércio ou os armazéns para saciar sua fome... isso se choca frontalmente com os códigos vigentes da atividade política.

Não há, portanto, canais institucionais de diálogo entre a multidão e o sistema político representativo. O relacionamento que se estabelece pode muito bem ser descrito com uma feliz expressão de Eric Hobsbawm: “negociação coletiva através da arruaça”. Os membros dos setores mais tradicionais lamentam a perda do controle social costumeiramente exercido, mas procuram intervir diretamente na questão, distribuindo alimentos, “acalmado” a multidão com sua presença pessoal; evitam, quase sempre, o emprego da força policial. Os grupos mais “modernos” ou “progressistas”, embora recaiam sempre no mesmo tipo de atitude, denunciam o perigo do descontrole total, a irracionalidade das soluções emergenciais, a ameaça que pesa sobre o sistema representativo. Os sindicatos de trabalhadores rurais e os partidos ditos de esquerda, por outro lado, eximem-se de qualquer responsabilidade e revelam a ineficácia das ações da multidão, o desespero e a fome que as motivam. Seja como for, o círculo da despolitização se fecha.

Agir sobre ou contra a multidão, assim, só é possível no interior do assistencialismo que a “acalma” ou “sacia” momentaneamente. Em 1915 e 1932 foram os “campos de concentração”, substituídos pelas frentes de

---

4 Rodolfo Teófilo, *A Seca de 1915*, Fortaleza, 1980, p. 55.

serviços que se multiplicam a cada seca, apesar das denúncias de ineficácia e corrupção. Negociar com a multidão, pelo que parece, só é possível nestes termos: o campo da política lhe é impermeável.

Assim, as formas de ação encontradas pelos homens pobres no nordeste para expressar suas vontades ou necessidades não têm como serem aceitas ou incorporadas pelo moderno sistema político. Este homem, excluído da esfera propriamente pública por esta operação, é desqualificado enquanto ser político. Suas ações são “primitivas” ou “biológicas” e suas tentativas periódicas de atingir a esfera pública são “provas” flagrantes do atraso social e político da região.

Por fim, posso concluir lembrando que a multidão não é um anacronismo, nem uma “falha” do sistema político representativo. A montagem deste sistema jamais procurou incorporar as demandas do homem pobre, iletrado e simples. Pelo contrário, era contra estas demandas que o sistema se fortalecia. A exclusão não é uma efeito eventual, mas uma decorrência necessária.

*Comentário apresentado na Mesa Redonda Imaginários da Exclusão, 20/7/1993.*